

Dentro e fora da lei: as implicações do espaço percebidas em textos de meninos internos do CASE, de Caxias do Sul*

Cristiane Barcelos**
Alessandra Paula Rech***

Resumo

Ao analisar textos escritos por meninos em privação total de liberdade, internos do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case), de Caxias do Sul, este artigo pretende interpretar a implicação do espaço manifestada nesses escritos. Foram selecionados três trabalhos, publicados na obra *Recriar Textos*, resultado de oficinas literárias realizadas anualmente pela Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul (Recria) no Case e em outras entidades. Ao esmiuçar cada um, busca-se interpretar a relevância do espaço ocupado pelos rapazes quando escreveram, ou seja, dentro do Case, ou aquele em que viviam antes de iniciarem o período de reclusão. A pesquisa aborda os conceitos de região cultural e de espaço e encontra suporte em autores como Pierre Bourdieu, José Clemente Pozenato e Paul Claval.

Palavras-chave

Espaço; região; Case; liberdade; adolescente

Abstract

Analysing texts written by boys in detention who are living at Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) in Caxias do Sul, this article intends to study the relevance of the space that were showed in the texts. For that article were selected three texts that were published in a book called *Recriar Textos*. That book is made by lots of texts written during literary workshops that happens annually by the Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul (Recria). These workshops happen at Case and at another places as charities. The objective is reading and analysing each one of the three chosen texts to understand the relevance of the space where the boys were when they wrote the texts or where they used to live before they get detained. This research studies cultural region and space concepts and considerates authors as Pierre Bourdieu, José Clemente Pozenato and Paul Claval.

Keywords

Space; region; CASE; freedom; teenager

* Artigo recebido em 08/03/2017 e aprovado em 15 de maio de 2017.

** Jornalista. Aluna no Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista Capes.

*** Jornalista. Doutora em Literatura Brasileira pela UFRGS. Docente no Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul.

1. Considerações iniciais

A discussão entre o espaço concreto e o subjetivo, com nuances entre o real e o imaginário, permeia estudos acerca de conceitos de região e seus limites, sejam eles geográficos ou não. Para discutir o significado do espaço e suas possíveis implicações na conduta do indivíduo, este artigo analisa três textos escritos por meninos internos do Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) de Caxias do Sul, onde cumprem medidas de privação total de liberdade.

Os textos foram publicados na nona edição da obra *Recriar Textos* (2016), resultado de uma série de oficinas literárias oferecidas a meninos e meninas de Caxias do Sul que vivem sob algum tipo de vulnerabilidade. Além de entidades assistenciais, onde são ofertados serviços no turno inverso ao da escola, as oficinas são realizadas com garotos que cometeram algum delito e que por isso cumprem medidas socioeducativas de privação total de liberdade – situação daqueles que vivem no Case – ou de semiliberdade, ou seja, caso daqueles atendidos no Centro de Atendimento em Semiliberdade (Casemi), onde os rapazes ainda mantêm contato com o mundo externo.

Os trabalhos foram produzidos por meio das oficinas também chamadas Recriar Textos, oportunizadas pela Rede de Atenção à Criança e ao Adolescente de Caxias do Sul (Recria), um programa oferecido pelo município de Caxias do Sul. Em geral, os textos apresentam temas comuns, como uso de drogas, criminalidade e violência, e são em grande parte escritos em primeira pessoa. Boa parte do público que frequenta as oficinas vive em contato com essas realidades narradas e em geral habita comunidades onde predominam moradias precárias e onde falta infraestrutura, o que evidencia um cenário de vulnerabilidade social. Entre os garotos que vivem no Case, cujos escritos serão considerados neste artigo, também se pode afirmar que a situação seja de vulnerabilidade e carência, uma vez que os rapazes vivenciam rotina semelhante àquela existente em presídios – voltados à reclusão de adultos – e têm contato restrito com a família, oportunizado apenas em pré-estabelecidos horários de visita.

Com amparo em pesquisas prévias de diversos autores acerca de temas como região cultural e geografia, este artigo pretende interpretar a relevância do espaço para esses meninos, seja como cenário em que estavam inseridos quando escreveram – ou seja, o próprio Case, já que as oficinas literárias ocorreram dentro da instituição onde vivem

os adolescentes infratores – seja como o lugar que ocupavam quando cometeram o delito que os privou da liberdade.

2. As ideias de região e de espaço

Inicialmente, faz-se necessário revisitar conceitos de região para compreender a relevância do lugar ocupado pelos autores dos textos em questão. É natural que, ao tentar conceituar região, uma das primeiras ideias que venha à mente seja a associação com a geografia e a busca de limites físicos que a definam. Pierre Bourdieu, uma das fontes que trata do assunto, afirma que “[...] a região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de *regionalização* e movimentos *regionalistas*, economistas e sociólogos” (BOURDIEU, 2003, p. 108, grifos originais).

Na visão de Bourdieu, assim como os fenômenos físicos, há que se considerar aqueles de natureza cultural, uma vez que os movimentos dos grupos podem produzir efeitos na formação de uma região. A respeito dessa ideia, Bourdieu argumenta que “o geógrafo prende-se talvez demasiado ao que se vê, enquanto o economista se deve prender ao que não se vê. O geógrafo limita-se frequentemente à análise do espaço; ele olha muito pouco para além das fronteiras políticas ou administrativas [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 108).

Assim como reflete a respeito de região, Bourdieu aborda o tema das fronteiras. Para ele, “(a fronteira) nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na *realidade* segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos numerosas e mais ou menos fortes [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 114, grifo original). Para ilustrar, Bourdieu explica que as regiões podem ser delimitadas por diferentes critérios, como por exemplo língua e habitat. Ele pondera, ainda, que classificações tidas como naturais na verdade não o são realmente, uma vez que “[...] são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (BOURDIEU, 2003, p. 115). Sobre o mesmo tema, José Clemente Pozenato (2003) cita Pierre Lévy: “[...] nenhuma fronteira existe *a priori*. Sem dúvida há no mundo gradientes e descontinuidades, mas o recorte restrito de um conjunto supõe a seleção de um ou mais critérios para separar o interior do exterior” (LÉVY, 1993, apud POZENATO, 2003, p. 152, grifo original).

Pozenato (2003), que também considerou as ideias de Bourdieu, aponta ainda que a região pode ser interpretada como uma rede de relações. Pozenato entende que “[...] a região, sem deixar de ser em algum grau um espaço *natural*, com fronteiras *naturais*, é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja da ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências” (POZENATO, 2003, p. 150, grifos do autor). Assim, para Pozenato (2003, p. 150), a ideia de região como um espaço natural teria surgido a partir da sua utilização na geografia. No caso deste artigo, o que se pretende é considerar aspectos que remontem à região cultural.

Pozenato explica que, exceto com relação à geografia, em todas as disciplinas o espaço físico fica em segundo plano para dar lugar a outros elementos, como relações de tipo humano e social, “[...] cada uma dentro da sua perspectiva de observação: o custo, para o economista, o dialeto ou os rituais, para o etnólogo, as classes, para o sociólogo, e assim por diante” (POZENATO, 2003, p. 150). Para Pozenato, a região é constituída. Para exemplificar, o autor cita duas nomenclaturas bastante conhecidas no Rio Grande do Sul, os termos Serra e Campanha, conforme trecho a seguir:

[...] não existe uma região da Serra ou uma região da Campanha a não ser em sentido simbólico, na medida em que seja construído (pela práxis ou pelo conhecimento) um conjunto de relações que apontem para esse significado [...]. Não vejo no entanto problema em continuar falando em região, contanto que por tal não fique entendida uma realidade *natural*, mas uma rede de relações, em última instância, estabelecida por um *autor* seja ele um cientista, um governo, uma coletividade, uma instituição ou um líder separatista (POZENATO, 2003, p. 152, grifos do autor).

Em uma linha semelhante à dos autores acima, Rogério Haesbaert (2010) aposta em um conceito de região como um “arte-fato”, termo cunhado por ele e escrito exatamente dessa maneira, com as palavras “arte” e “fato” separadas com hífen. Ou seja, Haesbaert quer se referir à junção entre fato e artifício. O próprio autor pondera que se trata de um raciocínio mais complexo, proposto “[...] para o entendimento da região não simplesmente como um ‘fato’ (em sua existência efetiva), nem como mero ‘artifício’ (enquanto recurso teórico, analítico) ou como instrumento normativo, de ação (visando a intervenção política, via planejamento) [...]” (HAESBAERT, 2010, grifos originais).

Como citado anteriormente, os textos publicados na obra *Recriar Textos* – três dos quais em análise neste artigo – apresentam como elemento comum a temática, em geral envolvendo drogas e violência. O formato escolhido pelos jovens escritores também é, em muitos dos trabalhos, o mesmo: relatos de vida. Assim como Pozenato afirma que a região é formada por uma rede de relações, Milton Hernán Bentancor (2016) aponta que é por proximidade ou por distância que as influências culturais marcam os limites:

“Aqueles elementos culturais (vale a pena a repetição) que são comuns ou que influenciam para aproximar (por semelhança) convergem dentro dos limites da região. Aqueles que são diferentes ou que influenciam para distanciar (em oposição) marcam o limite e abrem o espaço da fronteira inter-regional” (BENTANCOR, 2016, p. 176, tradução nossa).

O geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan reflete sobre espaço e lugar a partir de uma perspectiva, a da experiência, que para ele abrange as maneiras através das quais um indivíduo constrói a realidade (TUAN, 1983, p. 9). Conforme as ideias de Tuan,

a experiência tem uma conotação de passividade; a palavra sugere o que uma pessoa tem suportado ou sofrido. Um homem ou mulher experiente é a quem tem acontecido muitas coisas. [...] Assim, a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. Experimentar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (TUAN, 1983, p. 10).

Ainda sobre a relevância do espaço, Paul Claval diz que limites surgem a partir da institucionalização social do mesmo (CLAVAL, 2001, p. 211). O autor também afirma que um ambiente só existe socialmente em função da forma como “os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades [...]” (CLAVAL, 2001, p. 219).

Para Claval, “o espaço é igualmente organizado para permitir aos homens viverem como lhes convém num contexto cultural dado”, ou seja, os indivíduos passam parte do tempo em grupos domésticos em que se dedicam a cuidar das crianças e a fazer tarefas para manter a casa e preparar as refeições (CLAVAL, 2001, p. 291). Ele continua, dizendo que “[...] a vida social e os reencontros múltiplos que ela implica envolvem-se em escalas circunscritas: aquela da vizinhança, da vila ou do bairro, e aquela do país ou cidade” (CLAVAL, 2001, p. 292). É a partir disso que, segundo o autor, se constroem as estruturas necessárias para viver em sociedade, incluindo vias de circulação e espaços públicos (CLAVAL, 2001, p. 293).

Outro ponto de vista que cabe aqui considerar é o de Homi K. Bhabha. O autor chama a atenção para a relevância do lugar ocupado por quem transmite uma mensagem – questão a respeito da qual este artigo se debruça. Ele defende que “o que se interroga não é simplesmente a imagem da pessoa, mas o lugar discursivo e disciplinar de onde as questões de identidade são estratégica e institucionalmente colocadas” (BHABHA, 1998, p. 81).

3. O que expressam os textos de três jovens

Em um dos textos selecionados para esta pesquisa, o autor é um jovem de 16 anos que, em primeira pessoa, narra parte do que sente por estar atrás das grades. Ele é identificado na obra apenas como Tiago P., 16 anos, uma vez que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) orienta que seja preservada a identidade de menores de idade. O jovem autor escreve o seguinte:

Hoje estou numa cela/ pensando sempre nela./ Para eu sair daqui/ e dar mais valor a ela./ A ela, minha liberdade./ Estou morrendo./ Morrendo/ de saudade da minha filha/ Que não veio me visitar./ Mas com certeza minha mãe/ Não vai me abandonar./ Hoje é dia de visita/ Já me arrumei/ para ver minha família./ Volto da visita/ Mais um dia sem ver minha filha./ Esperando a próxima visita./ Assim passam os dias e as noites/ Esperando minha filha/ Amo demais esta menina/ Com muito orgulho, sou pai... (RECRIAR, 2016, p. 240)

O rapaz fala da angústia por não ver a filha, por quem diz esperar a cada dia de visita. No texto ele menciona, ainda, a importância que passou a dar para a liberdade após a reclusão, e transparece a decepção por não ter recebido a visita da garota, apesar de ter se preparado especialmente para aquele momento, quando escreve “[...] Já me arrumei/ para ver minha família [...]”.

O trecho transcrito também mostra a força simbólica que a família exerce, mesmo que a realidade do jovem, agora, seja conviver com outros rapazes que também cometeram delitos e somente ter contato com quem está do lado externo em horários pré-estabelecidos. É como se, para o menino Tiago, a relação com o lado de fora do Case não tenha sido extinta, hipótese reforçada quando ele expõe a tristeza por não receber a visita de quem esperava, a filha. Ainda, pode-se interpretar que o ato de o adolescente se preparar para o encontro – que não acontece – denota a real importância que ele dá para aquele momento, que poderia significar a manutenção do fio imaginário que o une ao mundo exterior.

As palavras do adolescente podem significar, também, que as novas redes de relações estabelecidas dentro do Case, ou seja, por meio do contato com outros menores infratores, não destroem as redes deixadas do lado de fora, uma vez que ele faz questão de reencontrar a família. Pode-se dizer, aliás, que as novas redes de relações surgem como consequência da convivência, uma vez que o interno passa a ter contato diário com aquele determinado grupo de pessoas, cumprindo juntos horários definidos para atividades como refeições e estudos, por exemplo. O texto escrito pelo rapaz não informa como era a convivência com a família antes da reclusão, mas demonstra o valor que ele dá – ou passa a dar – a essa relação. Francisco Carvalho Filho (2002), em obra sobre as prisões no

Brasil, cita Dostoievski (1952) para justificar a ideia da convivência dentro da instituição. Para Filho, “Se o isolamento é cruel, a ‘coabitação obrigatória’ é um sofrimento moral que não escapou à percepção de Dostoievski: ‘não poderia conceber nunca o tormento espantoso de não poder ficar só – um minuto que fosse’ (FILHO, 2002, p. 68).

Elenice Maria Cammarosano Onofre e Elionaldo Fernandes Julião (2013) mencionam que a educação na prisão é responsável por promover a interação entre os reclusos. Há que se ponderar que a análise em questão neste artigo trata de textos resultantes de oficinas literárias temporárias, que, na visão da autora deste artigo, podem sim ser consideradas como um processo educacional, uma vez que promovem o incentivo à escrita e, conseqüentemente, à leitura. Ainda, a autora deste artigo entende que o espaço do Case pode ser claramente relacionado com uma prisão, uma vez que o sistema de privação de liberdade de adolescentes e jovens segue padrões parecidos com os de presídios, estes destinados ao público adulto. Como exemplo dessa semelhança podem ser citados a divisão do espaço em celas e os horários específicos para cada atividade, desde acesso ao pátio até o recebimento de visitas. Onofre e Julião argumentam que

Estudos na área, como os de Onofre (2002, 2011), Lourenço (2011), Julião (2009), Penna (2003), Leme (2002), entre outros, evidenciam que a educação na prisão, assim como as demais práticas sociais ali existentes, é geradora de interações entre os indivíduos, promove situações de vida com melhor qualidade, enraíza, recompõe identidades, valoriza culturas marginalizadas, promove redes afetivas e permite a (re) conquista da cidadania. Inserida em um espaço repressivo, ela potencializa processos educativos para além da educação escolar, evidenciando-se a figura dos educadores como atores importantes na construção de espaços onde o aprisionado pode (re) significar o mundo como algo dinâmico e inacabado (ONOFRE e JULIÃO, 2003, p. 54).

A dupla de autores destaca ainda a complexidade da educação nesses locais destinados ao cumprimento de penas de privação de liberdade, mencionando Sykes (1999) para argumentar que, nesses espaços “[...] se cruzam e entrecruzam visões de mundo, de educação, de cultura, presentes na sociedade como um todo, adquirindo perspectivas peculiares da *sociedade dos cativos*” (SYKES apud ONOFRE e JULIÃO, 2003, p. 54, grifo do autor). Essa ideia defendida pelos autores vem de encontro à teoria mencionada anteriormente, de que os jovens internos do Case criam novas redes de relações por meio da convivência, bem como do compartilhamento de pensamentos, de planos, de histórias de vida.

No trecho citado anteriormente, escrito pelo jovem Tiago P., a ânsia por ser livre outra vez fica clara não apenas quando ele menciona diretamente a palavra “liberdade”, mas quando exprime a vontade de ver a filha, não saciada sequer por meio da visita.

Onofre e Julião apontam que em qualquer linguagem existem sempre ao menos dois interlocutores e que, no caso das prisões, um deles é a sociedade global, e o outro, o grupo de pessoas privadas da liberdade, que “[...] veem o mundo exterior como ambivalente, ambíguo, desejado, invejado e profundamente castrador, injusto, cruel. Só lhes resta a condição de observar, idealizar e desejar o que fica além” (ONOFRE e JULIÃO, 2003, p. 54). Esse ponto de vista dos autores pode claramente ser utilizado como interpretação do que disse o jovem Tiago P., no texto já mencionado, uma vez que ele expressa o que deseja.

Em outro trabalho publicado na obra *Recriar Textos*, um rapaz identificado como Felipe U., de 18 anos, narra a infância vivida tendo a criminalidade por perto e também comenta sobre como acabou submetido a uma medida de privação de liberdade:

Cresci no meio do crime, mas eu era um menino tranquilo, muito feliz, sempre tive de tudo, não posso reclamar. Via minha mãe acordar para ir visitar meu pai. Durante 15 anos ela foi a todas as visitas vê-lo, até que um dia resolveu que não iria mais. Escrevendo agora, lembrei que quando eu tinha 5 anos de idade, meu pai estava limpando uma arma, quando, de repente, disparou e acertou minha mãe, foi sem intuito de acertá-la, mas quase precisou amputar a perna. Foi neste momento que meus pensamentos começaram a mudar, era revoltado e brigava por qualquer motivo. Com 14 anos fiz meu primeiro delito, parecia estar tudo certo, mas na fuga fomos perseguidos e pegos. Fui preso, em pouco tempo fui liberado, como foi bom sair daquele lugar! [...] Encontrei meu tio, que me convidou para ir até a casa dele. Chegando lá, estava tudo fechado, fui subindo para casa da minha vó, quando alguém gritou “Felipe, mataram teu tio!”, saí correndo, parecia não chegar nunca até ele. Quando cheguei ele estava caído no chão, todo baleado, meu mundo caiu, considerava-o meu pai, chorei muito, prometi naquele momento que vingaria sua morte. Perdido na decepção da perda do meu tio, entrei novamente na vida do crime [...] (RECRIAR, 2016, p. 277).

O jovem relata que chegou a ser apreendido aos 14 anos e fala do alívio ao reconquistar a liberdade: “[...] como foi bom sair daquele lugar! [...]”. Mesmo assim, em pouco tempo acabou decidindo entrar na vida do crime outra vez, para vingar a morte do tio. De acordo com a narrativa, entende-se que o jovem fez essa opção ciente de que corria riscos, uma vez que já havia sido apreendido, conforme ele mesmo conta. Além disso, a realidade do encarceramento sempre fora presente na vida do rapaz, uma vez que ele narra que a mãe costumava visitar o pai na cadeia. O adolescente é claro: “Cresci no meio do crime [...]”. Assim, os espaços ocupados por ele, o da vida em liberdade, e posteriormente o da detenção (o Case), parecem entrar em conflito. Afinal, o adolescente assume o desapontamento pela morte do parente e em função disso resolve retornar à criminalidade, mesmo ciente de que corre o risco de ingressar no Case – o que conseqüentemente ocasiona a mudança de espaço.

Neste segundo texto, o autor não faz referência ao espaço vivido dentro do Case, mas trata daquele em que vivia na época em que se envolveu com a criminalidade e faz referência à rede de relações que mantinha, citando diversos familiares, dentre eles o tio, cuja morte tentou vingar.

Sérgio Adorno (1991), em um artigo a respeito dos problemas e desafios do sistema penitenciário brasileiro, aponta para as consequências de se viver dentro daquele modelo. A observação de Adorno é considerada neste trabalho porque, embora aborde pontualmente os presídios, o autor menciona a existência de regras internas, que também são estabelecidas no Case – logicamente adaptadas à idade do público-alvo. Quanto ao modelo do serviço, o Case visa a oferecer medidas socioeducativas e não somente de natureza punitiva. Conforme Adorno, “Rituais e normas institucionais – sujeição a horários, posturas [...] – acentuam a incapacidade de lidar autonomamente com a própria vida, liberando, em contrapartida, desejos de dependência e de passividade, aliados à incontida agressividade, que tornam os tutelados pelas prisões seres inabilitados para a retomada de seus direitos civis em liberdade” (ADORNO, 1991, p. 75).

Onofre e Julião defendem que, ao chegar à prisão – e, no caso deste artigo, ao Case –, o indivíduo deixa de lado seu referencial e submete-se a um processo de admissão àquele lugar. “Ao despir sua roupa e vestir o uniforme da instituição, o indivíduo começa a perder suas identificações anteriores para sujeitar-se aos parâmetros ditados pelas regras institucionais” (ONOFRE e JULIÃO, 2003, p. 55).

Chama a atenção, inclusive, a expressão “vestir o uniforme da instituição”. Para a autora deste artigo, entende-se que Onofre e Julião estejam se referindo não apenas ao sentido concreto, ou seja, ao ato de vestir uma roupa, mas também subjetivo, quer dizer, o ato de “vestir aquele modelo provisório de vida”. Interpreta-se, assim, que a partir do ingresso na casa prisional o indivíduo passa a fazer parte de um novo espaço, onde está sujeito a regras e onde desenvolverá novas relações. A existência de normas de convivência, aliás, bate de frente com a rotina vivida pelo indivíduo no período anterior, o da delinquência no mundo externo. Erving Goffman, em obra em que trata de instituições totais, citando manicômios, conventos, e prisões, aborda a mudança interna sofrida por essa pessoa que passa a viver em um desses estabelecimentos. Para o autor, a proibição de visitas vindas de fora e de saídas “assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação da perda de papel” (GOFFMAN, 1999, p. 24). Goffman argumenta que “O novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo

doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. [...] O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (GOFFMAN, 1999, p. 24).

Para Onofre e Julião, esse é um processo chamado de “desterritorialização e reterritorialização”, que mostra a trajetória do indivíduo desde o abandono da sociedade em que vivia até a entrada no sistema. Desta forma, ele precisará se adaptar a situações novas, que “[...] não dizem respeito somente à dominação do sistema, mas ao convívio com os companheiros, ao convívio cotidiano que ele precisa descobrir” (ONOFRE e JULIÃO, 2003, p. 55).

Onofre e Julião sinalizam, ainda, para outra questão: a bagagem de vida acumulada pelo indivíduo privado de liberdade. A relação entre o passado e o presente é claramente percebida em textos escritos por internos do Case, quando relembram o caminho de delinquência que os levou a deixar a rotina normal de vida livre ou da sensação que têm por não poder encontrar quem ficou do lado de fora. Exemplos disso podem ser verificados nos trechos aqui já transcritos, de autoria de Tiago P. e de Felipe U. Neste outro citado a seguir, publicado na mesma edição e assinado por um rapaz identificado como Andrius S., de 16 anos, também interno do Case, percebe-se a narrativa do passado até o tempo presente:

Quando eu era pequeno, só queria saber de brincar de futebol e de arminha. Quando fui crescendo, fui deixando essas brincadeiras. E comecei a fazer coisas erradas, que eu não queria fazer, comecei a andar com gente que não devia... comecei a deixar a minha mãe preocupada.

A partir daí, comecei a me esconder da polícia, deixando a minha mãe chorando... sem saber se eu ia voltar para casa, com vida. Até que resolvi... largar e deixar tudo isso de lado... comecei a tirar coisas dos outros. Saía de casa às dez da noite, e só dizia tchau para a minha mãe e voltava às cinco da manhã. Quando eu chegava em casa... encontrava a minha mãe sentada no sofá, chorando.

A minha família dizia para eu mudar, eu não dava ouvidos. Agora, mudei e larguei tudo isso de mão... (RECRIAR, 2016, p. 239).

No relato, o adolescente lembra das brincadeiras de infância, já relacionadas de alguma maneira à violência, comenta da fase em que se envolve com outras pessoas, que ele chama de “gente que não devia” e ainda fala da entrada no mundo do crime e o conseqüente ingresso no Case. No texto, embora não deixe claro qual delito cometeu e pelo qual foi privado da liberdade, afirma que “largou tudo isso de mão”, ou seja, sinaliza para uma possível retomada da vida anterior à criminalidade, a partir do término do período de reclusão. A rede de relações mencionada, mais uma vez, é a deixada do lado

de fora do Case – o rapaz não relata o cotidiano dentro da instituição, tampouco narra passagens a respeito da convivência com outros jovens infratores.

Observa-se que Andrius refere-se à brincadeira com “arminha” e relata que se escondia da polícia, saindo de casa para ficar longas horas fora e sem informar à mãe onde iria. Onofre e Julião mencionam que é comum a uma pessoa privada da liberdade carregar como memória as vivências de situações passadas antes e durante o período em que estivera em uma “carreira delinquencial”. Para esse indivíduo, apontam os autores, as expectativas de futuro em geral incluem o desejo de iniciar uma vida nova, a qual contaria com trabalho, estudos e construção de uma família (ONOFRE e JULIÃO, 2003, p. 55). Para os autores, “é o cotidiano que revela as bases sobre o que é possível, mas não deixa de trazer embutido o passado, como memória e incorporação de vivências” (ONOFRE e JULIÃO, 2003, p. 55). É o que se percebe, por exemplo, no último texto escrito por jovem interno do Case e apresentado neste artigo.

No ambiente em que estão inseridos no Case, além de não terem contato com o mundo externo, os jovens são submetidos a regras, um estilo de vida que em geral ignoravam do lado de fora. Isso é sinalizado desde a convivência no lar, quando o autor do último texto transcrito narra: “Saía de casa às dez da noite, e só dizia tchau para a minha mãe e voltava às cinco da manhã. Quando eu chegava em casa... encontrava a minha mãe sentada no sofá, chorando [...]” (RECRIAR, 2016, p. 239). Ou seja, sequer em casa o jovem seguia regras quando estava livre, agora impostas dentro de um sistema de privação de liberdade e, naturalmente, onde ele fica sujeito ao molde imposto pela convivência com outros garotos e com os servidores que garantem o funcionamento do local. Sobre a relação do indivíduo com a sociedade, Claval (1979) faz uma colocação que se encaixa com essa linha de raciocínio:

Entre o indivíduo e a sociedade, tomada em seu conjunto, estabelecem-se relações. A sociedade não age em bloco, mas manifesta sua coesão através da ação de cada um de seus membros.

O indivíduo fica, assim, submetido à observação, à vigilância e à apreciação daqueles que o cercam. Disso resulta uma coação coletiva, anônima, mas infinitamente mais envolvente e mais forte que a imposta pelo déspota mais absoluto (CLAVAL, 1979, p. 40).

Se do lado de fora imagina-se que se viva em um modelo de coação anônima por parte daqueles que cercam a pessoa, como diz Claval, dentro do Case essa situação passa a ser evidente: os indivíduos passam a viver em um sistema de vigilância constante, ao qual precisam se adaptar enquanto recordam da vida deixada do lado de fora, como o fazem os autores dos textos apresentados neste artigo.

4. Considerações finais

Nos três textos selecionados para esta pesquisa, os jovens fazem relatos de vida e mencionam, mesmo que não diretamente em todos, a ânsia por conquistar novamente a liberdade. Em comum, também, a transparência ao relatar experiências vividas, embora o delito que de fato os levou à privação de liberdade não seja explicitado. Um dos rapazes, por exemplo, escreve claramente sobre a intenção que teve de vingar a morte do tio, mas não detalha o que de fato ocorreu: “[...] Quando cheguei ele estava caído no chão, todo baleado, meu mundo caiu, considerava-o meu pai, chorei muito, prometi naquele momento que vingaria sua morte [...]” (RECRIAR, 2016, p. 277).

Esse tipo de narrativa, em que autor descreve em primeira pessoa o que sente, ajuda a compreender a rede de relações em que ele está inserido. Ao dizer que a mãe visitou o pai na cadeia por 15 anos ou que começou a “tirar coisas dos outros”, o jovem dá indícios da situação de vulnerabilidade social em que vive e, por conseguinte, do modelo de vida do qual faz parte.

Além de dar essas pistas, em dois dos três textos selecionados, os jovens autores narram brevemente as circunstâncias em que viviam e sobre a chegada ao mundo do crime, que lhes custou a liberdade. Em contrapartida, reflexões sobre o dia a dia dentro do Case não dominam os escritos. Ou seja, esses meninos optaram por revelar a vida que levavam do lado de fora. Para esses rapazes cujos textos foram selecionados, todos com 16 ou 18 anos de idade, o período de reclusão representa, sim, um castigo, sensação percebida por exemplo quando um deles transparece a tristeza por ficar longe da filha e lamenta estar em uma cela. Assim, como mencionado anteriormente, presume-se que a rede de relações criada dentro do Case possa ser relevante, mas que não substitua aquela que fora deixada do lado externo. Além disso, a vida levada dentro do Case é resultado de regramentos impostos e é encarada pelos rapazes como um período passageiro – a expectativa é, claramente, retornar para o cotidiano na rua.

Nos três textos analisados, a rede de relações anterior ao Case é mencionada, o que pode representar uma demonstração de que essa rede, estabelecida anteriormente ao ingresso na instituição, ainda representa grande importância para a vida do interno. Afinal, eles descrevem passagens de vida, citam parentes como pai, mãe a filha e deixam claro a relevância que essas pessoas significavam – e ainda significam. Assim, no que diz respeito aos textos considerados neste artigo, as redes de relações estabelecidas no novo espaço habitado por eles são ignoradas nos escritos, embora presuma-se que sejam criados

laços de amizade com elo forte o suficiente para garantir a sobrevivência no sistema com a condição de manter alguma noção de normalidade, que aqui seria representada pelas relações de amizade.

Bourdieu (2003) diz que “o mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto” (BOURDIEU, 2003, p. 18). Assim, observa-se que o Case é um espaço significativo pelo que ele representa, afinal, simboliza o anseio pela busca de liberdade e é o espaço para onde nenhum dos internos quer regressar no futuro.

Referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Sistema Penitenciário no Brasil: problemas e desafios*. Revista USP, São Paulo, v. 9, p. 65-78, 1991

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BENTANCOR, Milton Hernán. *El espacio y sus alrededores en la región*. Antares (Letras e Humanidades), Caxias do Sul, v. 8, n. 16, p. 173-191, jul/dez 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 29 jan. 2017.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

_____. *Espaço e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

FILHO, Luís Francisco Carvalho. *A prisão*. São Paulo: Publifolha, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

HAESBAERT, Rogério. *Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas*. Antares (Letras e Humanidades), Caxias do Sul, n. 3, p. 02-24, jan/jun 2010.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano Onofre; JULIÃO, Elionaldo Fernandes Julião. *A Educação na Prisão como Política Pública: entre desafios e tarefas*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v38n1/05.pdf>. Acesso em 29 jan. 2017.

POZENATO, José Clemente. *Processos culturais – reflexões sobre a dinâmica cultural*. Caxias do Sul: Educ, 2003.

RECRIAR Textos. *Ler e escrever: da realidade à infância*. IX Mostra Literária da Rede Recria. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2016.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.